



Plenário votará mecanismo que dá a governo mais liberdade de gasto

Instrumento conhecido como Desvinculação de Receitas da União deixou de valer no ano passado e será retomado se proposta do Executivo for aprovada pelo Senado

De acordo com a proposta de emenda à Constituição que prevê a volta da Desvinculação de Receitas da União (DRU), o governo poderá gastar livremente 30% do total arrecadado com tributos federais que hoje têm destinação obrigatória (como salários, aposentadorias, saúde e educação). De acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a PEC será votada amanhã em primeiro turno. Para a aprovação definitiva, ela ainda teria de passar pela votação em turno suple-

mentar. Segundo o governo, as vinculações tornam o Orçamento engessado demais. O presidente interino Michel Temer quer utilizar os recursos obtidos por meio da DRU no alcance da meta fiscal deste ano. A desvinculação afetaria 30% da arrecadação carimbada. A proposta, além disso, cria um mecanismo semelhante à DRU para estados e municípios. O Plenário do Senado também deve votar nesta semana as regras das audiências de custódia e o reajuste salarial do procurador-geral da República. **3**



Debatadores das áreas de saúde e educação na audiência com Paim (3º à esq.)

Para especialistas, PEC que limita despesa pública ameaça direitos

A proposta de emenda à Constituição que limita o aumento dos gastos do governo à taxa de inflação do ano anterior é inconstitucional e pode reduzir o orçamento para saúde e educação, colocando em risco esses direitos, disseram participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O representante do Ministério da Saúde, porém, afirmou que não é possível saber se haverá redução orçamentária. Proposta pelo presidente interino Michel Temer, a PEC está em análise na Câmara.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim, anunciou que fará uma nova audiência para retomar a discussão. **3**

Entrega de textos do impeachment é lida em Plenário **3**

Dnit e ANTT devem ter novos diretores após sabatinas **2**

especial Cidadania

Prisão de quem planejar atentado terrorista é resultado da nova lei

Operação da Polícia Federal teve, na semana passada, mais dois suspeitos de planejar atos terroristas. As prisões preventivas têm sido pos-

síveis graças à Lei Antiterrorismo, sancionada em março, que tipificou como crime "ato preparatório de terrorismo". **4**



Operação integrada no Rio: segurança dos Jogos Olímpicos foi o objetivo imediato da lei



Crianças de até 4 anos em creche municipal de São Paulo: MP altera critérios para repasses federais

Audiência discute recursos da União para educação infantil

Medida provisória que fixa critérios para o repasse de verba federal para creches municipais será debatida hoje em audiência pública. Pela MP, que está em análise por uma comissão mista, crianças atendidas pelo Benefício

da Prestação Continuada passam a ter direito aos recursos da União. Para a Confederação Nacional de Municípios, que participará do debate, a medida reduz o valor transferido por criança e também o número de beneficiados. **2**

JOVEM SENADOR

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovemsenador

Parceria:

Realização:

Fábio Almeida/PMS/SP



MP altera forma de repasse de recursos da União a creches municipais para crianças de até 4 anos, como esta em São Paulo

Verba federal para creches será tema de debate hoje

MP que será discutida fixa critérios de repasses, como quantidade de matrículas de crianças atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada. CNM diz que iniciativa reduz recursos e número de beneficiados

A COMISSÃO MISTA criada para examinar a medida provisória que trata dos recursos da União para a educação infantil nos municípios e no Distrito Federal (MP 729/2016) faz hoje uma audiência pública sobre o tema.

Na prática, o texto é uma reedição da MP 705/2015, que venceu em 31 de maio deste ano. Uma das modificações da nova MP é a inclusão de crianças atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada como beneficiárias dos repasses federais às creches com crianças de até 48 meses cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica.

O texto também altera a Lei 12.722/2012 para introduzir

critérios de elegibilidade para receber o apoio financeiro, nova sistemática de cálculo dos valores a serem repassados e estabelecimento de metas.

Municípios

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), com as alterações na lei, a União reduziu os recursos repassados. Além de restringir o número de crianças beneficiadas, diminuiu o valor transferido por criança matriculada para os municípios e o DF.

Embora o texto da MP estabeleça que garante apoio financeiro às prefeituras que ampliem o número de matrículas em creches vinculadas ao Bolsa Família ou que te-

nam aumentado a cobertura de crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, a CNM estima que a redução deve afetar em torno de 2,2 mil municípios e 200 mil crianças.

Além da CNM, foram convidados para o debate representantes dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Gleisi atribui sucesso das Olimpíadas aos governos Lula e Dilma

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), a realização das Olimpíadas do Rio foi mais um acerto dos governos de Lula e Dilma Rousseff. A qualidade desse evento e de outros, como a Rio+20 e a Copa 2014, disse a senadora, não é por acaso e revela o esforço das gestões de Lula e Dilma.

— Há grandes investimentos que ficam como legado para o país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Presidente interino não tem aprovação popular, critica Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) voltou a condenar o que chamou de golpe e disse que, se Dilma Rousseff foi afastada porque perdeu apoio, Michel Temer também não tem aprovação popular.

— Não há legitimidade para o presidente interino usurpador continuar no poder — afirmou a senadora, citando pesquisas que mostrariam que 70% da população quer novas eleições.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Paim, líder sem terra detido em Goiás é preso político

Paulo Paim (PT-RS) pediu à Justiça que julgue logo o líder sem terra José Valdir Misnerovicz, preso desde maio em Aparecida de Goiânia (GO) com base na Lei Antiterrorismo. Ele visitou Misnerovicz no sábado e afirmou que é o primeiro preso político em razão dessa lei. Para Paim, a prisão confirma o alerta feito por ele de que a lei poderia criminalizar movimentos sociais.

— Esta lei é a responsável. Como não tem nada mais para provar, sentaram no processo.

Comissão sabatina indicados para direção do Dnit e da ANTT

A Comissão de Infraestrutura sabatará hoje um indicado para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e dois indicados para a diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O engenheiro Mário Rodrigues Júnior é indicado para diretor da ANTT. Ele foi diretor da agência entre 2008 e 2012 e atualmente é presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias.

O engenheiro Gustavo Adolfo Andrade de Sá foi o escolhido para o cargo de diretor

de Administração e Finanças do Dnit. Ele ingressou no antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), hoje Dnit, em 1984. Desde o ano passado, ocupa o cargo de diretor-executivo do órgão.

O engenheiro Halpher Luigi Mônico Rosa deverá ocupar o cargo de diretor-executivo do Dnit. Ele é servidor de carreira da ANTT, onde ocupa o cargo de especialista em regulação. Já foi servidor do Ministério dos Transportes e do Dnit.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Acesso ao conhecimento

8h45 Audiência pública discute a importância da conectividade para o acesso ao conhecimento.

CMA Uso racional da água

9h30 Na pauta, o PLS 587/2015, sobre a promoção de campanhas de estímulo do uso racional da água, e mais 16 itens.

CÓDIGO DE AERONÁUTICA Certificado

9h45 Audiência pública sobre a criação de certificado de funcionamento que venha a submeter as empresas de serviços auxiliares de transporte aéreo.

CAE Regime fiscal

10h Audiência pública debate o novo regime fiscal.

CI Dnit e ANTT

10h Leitura de relatório e sabatina de indicados para cargos no Dnit e na ANTT.

TRANSPARÊNCIA Papel da sociedade

11h Audiência pública interativa para debater o papel e os instrumentos de participação social sob o enfoque da sociedade civil, com a participação de especialistas.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

11h30 Renan Calheiros recebe Cássio Cunha Lima e a Associação Nacional dos Agentes de Trânsito. Às 12h, recebe o ministro da Cultura, Marcelo Calero. Às 15h, reunião com governadores. Às 16h, ordem do dia.

CE Empreendedorismo

11h45 Na pauta, o PLS 772/2015, que inclui empreendedorismo no currículo escolar.

PLENÁRIO Desvinculação de receitas

14h Sequência da discussão da PEC 31/2016, que desvincula parte das receitas da União.

MP 729/2016 Educação infantil

14h30 Audiência interativa sobre a MP que cria novas regras de repasses a municípios para ampliação da educação infantil.

MP 731/2016 Cargos do Executivo

14h30 A comissão mista da MP sobre extinção de cargos e criação de funções comissionadas do Executivo analisa relatório.

MP 735/2016 Verba para a Eletrobras

14h30 Audiência interativa da comissão mista da MP que prevê repasse de até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras até 2017.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores devem votar amanhã volta da DRU

Desvinculação de Receitas da União, que valeria até 2023, permite que governo gaste livremente 30% do dinheiro arrecadado com tributos que hoje têm destino obrigatório

O PLENÁRIO DO Senado deve votar amanhã a proposta que permite ao governo federal voltar a utilizar a Desvinculação de Receitas da União (DRU), um artifício que dá ao Poder Executivo liberdade para gastar 30% da verba arrecadada com os tributos que, por lei, têm destino certo e obrigatório, de forma diferente da prevista.

Pouco antes de a vigência da DRU caducar, em 2015, o governo enviou ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição que prorroga sua validade até dezembro de 2023. O texto (PEC 31/2016) já passou pela Câmara dos Deputados e agora está no Senado, estabelecendo vigência retroativa a 1º de janeiro de 2016.

Por ser uma mudança cons-

titucional, são necessárias duas votações no Plenário. A PEC deverá ser votada amanhã em primeiro turno. Depois terá de passar pela votação em turno suplementar.

A DRU foi criada em meados de 1990, sempre com prazo de validade, e vinha sendo sistematicamente prorrogada. Até 2015, o mecanismo flexibilizava a aplicação de 20% do dinheiro arrecadado. A PEC em análise aumenta essa fatia para 30%.

Estados e municípios

O governo argumenta que a DRU se faz imprescindível para dar flexibilidade ao engessado Orçamento da União. O número elevado de gastos obrigatórios (salários, aposentadorias, saúde, educação etc.) e de tributos

vinculados (especialmente contribuições, como Cofins, PIS-Pasep, CSLL e Cide) deixa pouco dinheiro livre para ser investido em áreas que possam se tornar prioritárias. A grande prioridade do governo neste momento é cumprir a meta fiscal. Para este ano, prevê-se um déficit fiscal de R\$ 170,5 bilhões.

A PEC 31/2016 também cria um mecanismo semelhante à DRU para os estados e os municípios. Segundo o relator da proposta, senador José Maranhão, (PMDB-PB), isso “representa a correção de um erro histórico cometido por parte do Congresso, que reiteradas vezes aprovou a prorrogação da DRU, mas se esqueceu de que a rigidez do orçamento público também afeta os entes subnacionais,

com o agravante de que esses entes não dispõem de competência tributária para instituir contribuições sociais de elevado poder arrecadatório”.

Audiência judicial

Outras propostas de destaque devem ser votadas ainda nesta semana pelo Plenário do Senado. A expectativa é que o projeto que regulamenta as audiências de custódia (PLS 554/2011) seja posto em votação hoje.

A audiência de custódia consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisão em flagrante. Na audiência, o juiz analisa se a prisão é legal e necessária e avalia eventuais irregularidades, como tortura e maus-tratos.

Também pode chegar ao

Plenário o projeto que aumenta o salário do procurador-geral da República em 16,3%. O texto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que deve votá-lo nos próximos dias. De acordo com o PLC 28/2016, o aumento salarial do chefe da Procuradoria-Geral da República será escalonado, de modo que os atuais R\$ 33.763 cheguem a R\$ 39.293 em janeiro de 2017.

Segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a proposta compensa as perdas salariais impostas pela inflação entre 2009 e 2015.

O aumento salarial provocará um efeito cascata, já que a remuneração do procurador-geral da República influencia o salário de todos os demais procuradores.

Entrega dos documentos sobre impeachment é lida em Plenário

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem em Plenário o recebimento, pelo Senado, do documento de acusação que pede o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff e da manifestação final da defesa.

— Comunico que recebi no prazo fixado o libelo acusatório apresentado pela acusação e a contrariedade apresentada pela defesa, referente à Denúncia 1/2016. Os referidos documentos serão publicados em suplemento ao *Diário do Senado Federal* de hoje [ontem] — declarou.

Os documentos agora serão encaminhados a todos os senadores.

Lindbergh diz que Temer ajuda Cunha por medo de chantagem

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), o presidente interino Michel Temer está “trabalhando para ajudar Eduardo Cunha”, que responde a processo no Conselho de Ética da Câmara.

Temer, disse o senador, faz manobras para adiar a votação da cassação do deputado pelo Plenário



da Câmara porque estaria sendo chantageado por Cunha, com medo de uma delação, capaz de derrubar o governo.

Lindbergh criticou a cobertura da mídia sobre denúncias envolvendo Temer com supostas contribuições ilegais para campanha eleitoral.

Medeiros: Dilma é responsável pelo próprio afastamento

José Medeiros (PSD-MT) contestou ontem os argumentos de que o afastamento de Dilma Rousseff



e Fernando Henrique, e ninguém classificou esses pedidos como golpistas.

— Ninguém constituiria um golpe. Ele ressaltou que o impeachment é um processo regular e constitucional e disse que o PT pediu impedimento dos presidentes Collor, Itamar

destrói ninguém. A presidente Dilma acabou se destruindo pela falta de relacionamento, pela dificuldade em conduzir as coisas, por tudo que aconteceu.

Para especialistas, PEC que limita gasto público é inconstitucional

A proposta de emenda à Constituição que limita o aumento dos gastos públicos à inflação do ano anterior foi criticada ontem por especialistas em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A maioria dos participantes do debate considerou a PEC 241/2016 inconstitucional e “um ataque aos direitos humanos”, pois pode representar redução do orçamento para as áreas de saúde e educação. O único representante do governo no debate afirmou não ser possível garantir que haverá redução orçamentária para os dois setores.

A medida, proposta pelo presidente interino Michel Temer, está em análise na Câmara e tem por objetivo limitar, por 20 anos, o aumento dos gastos públicos à taxa de inflação do ano anterior. A proposta atinge as áreas de saúde e educação, pois muda os critérios para que os valores mínimos aplicados nas duas áreas sejam corrigidos pela inflação. A recomposição orçamentária teria por base apenas a variação inflacionária. Hoje essas despesas são constitucionalmente atreladas à arrecadação.

Direitos

Para a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, o texto da PEC é inconstitucional, pois viola o princípio do não retrocesso. Ela salientou que a Constituição instituiu um modelo revolucionário de financiamento para transformar a educação e a saúde em serviços efetivamente públicos e que a forma como são distribuídos os recursos a esses setores constitui o próprio direito à saúde e à educação, que será afetado pela aprovação da proposta.

Vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Eli Iola Andrade quantificou, segundo estudo da Universidade Estadual



Paim (4º à esq.) coordena debate com representantes dos setores de saúde e educação

de Campinas, a perda para o setor se os novos índices propostos pela PEC já estivessem em vigor.

— Seriam mais de R\$ 3 trilhões que perderíamos se essa PEC tivesse sido aplicada no Brasil a partir de 2003 — alertou.

Na opinião dela, o subfinanciamento do SUS é resultado de um conflito de interesses entre os setores público e privado e isso pode piorar caso a PEC seja aprovada.

Juliana Acosta Santorum, do Conselho Nacional de Saúde, também criticou a proposta.

— Nas eleições de 2014, as empresas Amil, Bradesco, Qualicorp e Grupo Unimed doaram juntas em torno de R\$ 52 milhões para candidaturas de 131 parlamentares. Então, a gente sabe que muitas vezes nesta Casa os interesses do mercado se sobrepõem aos direitos da população — afirmou.

Educação

Remi Castioni, do Fórum Nacional de Educação, disse que a população brasileira está envelhecendo e tendo menos filhos; portanto, agora é o momento de investir em educação de qualidade.

— Se chegarmos em 2037 com uma população com baixa taxa

de escolaridade, produto interno bruto per capita abaixo do que temos agora, vamos ter dificuldades para enfrentar a velhice — disse.

Francisco Saraiva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, criticou o “projeto de Estado mínimo” que teria sido imposto pelo presidente interino Michel Temer. Segundo ele, isso afeta somente a classe trabalhadora e resguarda direitos do empresariado. Ele alertou para o sucateamento de estados e municípios, sobretudo os mais pobres, se a PEC for aprovada.

Único representante do governo na audiência, Carlos Eduardo Sousa, do Ministério da Saúde, relativizou o temor da redução de recursos. Em sua opinião, as estimativas feitas tomam como base a Emenda Constitucional 86, que estabeleceu um percentual mínimo de investimento em saúde para a União, com base na receita corrente líquida. Como o comportamento dessa receita é volátil, os cenários previstos a partir dela são imprevisíveis, disse.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, criticou a ausência do Ministério da Educação no debate e disse que vai retomar a discussão.

Lei permite punir preparação de ato terrorista

Passível de prisão, ato preparatório inclui recrutar e treinar pessoas com fins terroristas. No caso da Operação Hashtag, os presos pretendiam adquirir armas

Jorge Rosa e Joseana Paganine

NA QUINTA-FEIRA, A Operação Hashtag, deflagrada pela Polícia Federal para coibir o terrorismo durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, deteve mais dois suspeitos de preparação de ato terrorista. Com isso, já são 14 as prisões temporárias determinadas pela Justiça desde o início da operação, no dia 21 de julho.

Essas prisões foram possíveis devido à Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/2016), aprovada pelo Congresso Nacional e, desde 17 de março, em vigor. A lei transformou em crime a realização de “atos preparatórios para ataques terroristas”. Antes dela, só o ato terrorista consumado poderia ser punido.



Ação militar no Rio: a lei foi aprovada em regime de urgência para permitir o combate ao terrorismo durante os Jogos

Com isso, a Polícia Federal conseguiu desbaratar uma rede que se dedicava à promoção do Estado Islâmico (EI) no Brasil e sustar o planejamento de atentados terroristas que deveriam ser executados durante as Olimpíadas.

Foi a primeira operação policial após a publicação da Lei 13.260/2016, que unificou o entendimento sobre o que

pode ser classificado como terrorismo, discriminou os tipos de atos terroristas e definiu as infrações relacionadas. Isso proporcionou aos órgãos de investigação e ao Poder Judiciário meios legais para investigar, prender e punir os responsáveis por atos de terror.

Hashtag

A operação começou depois que a Polícia Federal identificou postagens nas redes sociais nas quais um grupo manifestava interesse em comprar um fuzil AK-47 no Paraguai. As investigações policiais revelaram que esse mesmo grupo havia feito, pela internet, o juramento exigido pelo EI para aceitação de novos membros.

Todos os contatos entre os membros do grupo brasileiro eram feitos por mensagens nas redes sociais. Por isso, o nome Hashtag.

Essas mensagens vinham sendo monitoradas desde o ano passado pela Polícia Federal, a partir de alertas feitos por organismos internacionais de combate ao terrorismo.

Quando foram feitas as primeiras prisões, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, minimizou o perigo. Na avaliação dele, o grupo era “uma célula absolutamente amadora, pois não tinha nenhum preparo técnico, nem sequer se conhecia pessoalmente”.

Brasileiros

A ordem judicial para a ação da PF partiu da Justiça Federal do Paraná porque um dos acusados, Levi Ribeiro Fernandes de Jesus, que se autodenomina Muhammad Ali Huraia, considerado o líder do grupo, tem residência fixa em Curitiba. Nenhum dos acusados tem origem estrangeira, embora eles se comunicassem usando codinomes árabes nas redes sociais.

Todos os presos estão sendo transferidos para o presídio federal de segurança máxima em Campo Grande. Foram detidos suspeitos em dez estados: SP, GO, AM, RS, PR, RJ, PB, CE, MG e MS.



Um dos suspeitos de planejar ataque terrorista, preso pela PF, chega a Brasília

Projeto de lei gerou polêmica com movimentos sociais

O projeto que deu origem à Lei Antiterrorismo provocou polêmica ao assemelhar atos terroristas com manifestações de movimentos sociais e da sociedade em geral. No Legislativo, o debate se deu a respeito da necessidade de manter no texto o parágrafo que garante liberdade de manifestação pública.

De autoria do Executivo, o PLC 101/2015 previa que a tipificação de ato terrorista não se aplicaria a “pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionado por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais”.

O relator no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentou substitutivo propondo a retirada desse parágrafo. Na avaliação dele, “em um Estado democrático de direito, as manifestações sociais não têm outra forma de se realizar senão

de maneira pacífica e civilizada”. O substitutivo foi aprovado pelo Senado e retornou para a Câmara, onde o parágrafo foi restaurado. Em seguida, o texto foi transformado em lei.

Apesar da polêmica, Aloysio defendeu a existência e a qualidade da lei:

— Aparelhamos juridicamente o Estado para prevenir e reprimir o terrorismo. O Brasil estava inteiramente desarmado para enfrentar esse fenômeno global.

O consultor do Senado Jayme Santiago também considera a lei um avanço. Para ele, no entanto, passadas as Olimpíadas será preciso melhorar a definição de terrorismo. Como está, “a lei leva em conta a motivação da conduta, e não a finalidade da ação terrorista”, avalia ele:

— Faltou especificar a motivação por razões de ideologia ou política, como no caso hipotético de grupos armados que pretendam implantar regime diverso do estabelecido ou separar parte do território nacional.



Para Santiago, passada a pressão de segurança durante as Olimpíadas, será preciso revisar a lei

O que é terror

Lei define o que é o terrorismo e as penas para atentados



Terrorismo

► É a prática de atos de terror, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz e a segurança públicas.



Atos de terror

- Usar ou ameaçar usar, guardar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos em massa.
- Sabotar o funcionamento ou apoderar-se do controle de meios de comunicação, de estrutura de transporte, hospitais, escolas, estádios esportivos, instalações públicas, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias.
- Atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa.

Penas de 12 a 30 anos de prisão. Para ato preparatório, a pena é a mesma, diminuída de um quarto até a metade.



Financiamento

- Prover, obter, guardar ou investir, direta ou indiretamente, recursos, ativos, bens, direitos, valores ou serviços de qualquer natureza, para o planejamento, a preparação ou a execução de ato de terrorismo.

Penas de 15 a 30 anos de prisão



Assista a vídeo da Agência Senado sobre a Lei Antiterrorismo: <http://bit.ly/leiantiterror>

Saiba mais

Íntegra da lei
<http://bit.ly/Lei13260>

Secretaria Extraordinária de Segurança
<http://bit.ly/grandesEventos>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania